



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

17ª Reunião Ordinária do Conselho de Relações do Trabalho

Ata da ordem do dia 25 de fevereiro de 2014

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ata da 17ª Reunião Ordinária do Conselho de Relações do Trabalho

Data: 25/02/2013

Local: Sala de Reuniões da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - Brasília/DF

1 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze teve início a 17ª Reunião
2 Ordinária do Conselho de Relações do Trabalho, sob a Coordenação do Sr. Manoel Messias
3 Nascimento Melo – SRT/MTE. Estiveram presentes os seguintes participantes: Maurício
4 Gasparino da Silva – SIT/MTE; Mariana V. de F. Quintano – Secretaria Executiva/MTE;
5 Roberto Marinho Alves da Silva – SENAES/MTE; Pascoal Carneiro – CTB; Carlos Alberto
6 de Oliveira Pereira – CGTB; Valeir Ertle – CUT; Sebastião José da Silva – NCST; Cristiano
7 Zaranza – CNA; Marcello José Pinho Filho – CNI; Rafael Ernesto Kiechkbusch – CNI;
8 Júnia Queiroz Alves Dal Secchi – CNCOOP; Alexandre Venzon Zanetti – CNS; Luigi Nese
9 – CNS; Danilo Piva Júnior – CNTUR; Patrícia Cerqueira de Coimbra Duque – CNC;
10 Magnus Ribas Apostólico – CONSIF; Adriana Giuntini – CNT; Nicole Goulart – CNT;
11 Sylvia Lorena Teixeira de Sousa – CNI; Márcio Luis Sales – CUT; Alberto Simões – NCST;
12 Lilian A. – DIEESE; Camila Yuri Santana – DIEESE; Jean Carlo Ribeiro Rocha – UGT;
13 José Eymard Loguercio – CUT; Sandra Oliveira – CUT; Guilherme da Hora Pereira –
14 SRT/MTE; Marina Loureiro Gil – CNCOOP; Rita Maria Pinheiro – SRT/MTE; Iaponira
15 Montenegro Soares – SRT/MTE; Carlos Augusto Dittrich - UGT. **ABERTURA:** Após
16 iniciada a reunião, a Sra. coordenadora Adriana Giuntini (CNT) discorre que foi deliberado
17 na última reunião que todo o material da reunião e a pauta seriam encaminhados com 10 dias
18 de antecedência e que realizariam a reunião dos Coordenadores com a Bancada do Governo
19 para a definição dessa pauta. Explana que como não houve cumprimento das deliberações,
20 por essa razão, entende que essa reunião será para definição da pauta da próxima reunião e
21 não haverá nenhuma deliberação de qualquer assunto. O Sr. Manoel Messias Nascimento
22 Melo relata que a Bancada tem todo o direito de assumir essa posição e lembra que nas
23 reuniões das Bancada do Governo com os Empregadores, e do Governo com os
24 Trabalhadores alguns temas da reunião passada haviam sido remetidos para discussão.
25 Pondera que a pauta dessa reunião trata sobre: portaria do trabalho nos domingos e feriados;
26 descanso entre as jornadas; informe da Campanha de Trabalho Decente; informe sobre o
27 Registro Sindical; três questões burocráticas; relatório final do Grupo de Trabalho que trata

28 do financiamento de entidades Sindicais dos servidores públicos e questão do processo de
29 reconhecimento de categorias para fins de registro sindical. O Sr. Manoel Messias
30 Nascimento Melo apela à Bancada que considere que os pontos citados já estavam remetidos
31 para debate na reunião. O Sr. Pascoal Carneiro (CTB) discorre que está assumindo a
32 condição de Coordenador da Bancada dos Trabalhadores hoje, e que foi realizada uma
33 reunião de manhã, na nova Central Sindical, onde discutiram a questão dos documentos
34 chegarem com 10 dias de antecedência. Explana que na avaliação da Bancada não tem
35 prejuízo nenhuma das bancadas discutir, pois são pontos já debatidos. Apela para que
36 entrem na discussão para avançar nos temas. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo relata
37 que semana passada foi enviada a pauta não com todos os pontos, apenas foram incluídos os
38 informes da Campanha de Trabalho Decente, o informe sobre o Registro Sindical, e a
39 questão de homologação. A Sra. coordenadora Adriana Giuntini afirma que vão discutir,
40 mas não vão deliberar. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo pondera que fizeram um
41 acordo em dezembro, depois que o Ministro apresentou a proposta do trabalho de curta
42 duração e que estabeleceu um calendário para a discussão dos pontos, jornada de trabalho
43 sábado e domingo, descanso intrajornada e a questão do financiamento das entidades
44 sindicais. Afirma que era do conhecimento de todos que esses assuntos estariam na pauta e
45 entende que é lamentável não poder discuti-los. A Sra. coordenadora Adriana Giuntini
46 pondera que o ponto sobre a jornada de trabalho nos sábados e domingos não foi discutido.
47 O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo afirma que em dezembro foi apresentada a proposta
48 na reunião do Ministro com as Centrais e discorre que realizaram a reunião semana passada
49 com o objetivo de concluir o trabalho nessa reunião, para cumprir o calendário. Sugeriu-se
50 seguir com a reunião não sendo deliberativa. Propôs-se discutir os pontos que já foram
51 tratados em reuniões anteriores e o Ministério dar os informes sobre o mutirão, tabela de
52 categorias e servidores públicos. O Sr. Valeir Ertle entende que é ruim elaborar uma reunião
53 e apenas formalizar uma pauta para a reunião seguinte, pois são questões que já foram
54 colocadas. Relata que existem pontos que não vão se resolver nessa reunião, mas que devem
55 ser apresentados e compreende que deve seguir a pauta do jeito que está para aprofundar
56 melhor, tanto na Câmara Bipartite patronal, como na Câmara Bipartite dos trabalhadores,
57 para que na próxima reunião do CRT possa ser finalizado o debate. O Sr. Luigi Nese
58 entende que a Bancada dos Empregadores está fazendo um alerta devido à falta de

59 coordenação e de informação no processo e que têm que ser respeitadas as regras pré-
60 estabelecidas, mas concorda que não podem ficar na informalidade e não discutir alguns
61 assuntos que já vêm de longo tempo para serem discutidos. Compreende que devem
62 continuar com a discussão. O Sr. Cristiano Zaranza relata que lhe incomoda a postura de não
63 saber com exatidão o que será debatido como a Campanha por Trabalho Decente e a
64 Proposta de alteração da Portaria que trata do trabalho nos domingos e feriados, que não
65 foram encaminhados para um debate interno na reunião da Bancada. Afirma que não estão
66 rompendo um acordo, mas estão cobrando o combinado na última reunião. O Sr. Manoel
67 Messias Nascimento Melo concorda que não foi cumprido o prazo e pondera que dedicaram
68 no período ao tema de curta duração para chegarem a um entendimento. Solicita novamente
69 que continuassem discutindo a pauta sobre os pontos que são inadiáveis. Explana Messias
70 que a Campanha do Trabalho Decente é um informe que foi feito na Oficina; a questão do
71 Registro Sindical é uma socialização de informações; a Portaria dos domingos e feriados
72 seria a apresentação da nova versão na reunião das Bancadas, mas não foi possível, e seriam
73 apresentados pela SIT os comentários da proposta anterior. Pondera que a homologação
74 havia sido retirada da pauta e seria proposto nessa reunião que voltasse e que o relatório da
75 contribuição sindical foi apresentado na reunião passada, onde houve a ponderação de que
76 precisavam de mais tempo para ler. A questão da Copa do Mundo discorre que tem que ser
77 definido o encaminhamento hoje, por não ter sentido daqui a dois meses. Foi explanado que
78 o item da regulamentação do descanso intrajornada foi uma solicitação de um membro da
79 Força Sindical e que ficaram aguardando que fosse apresentada pela Bancada dos
80 Trabalhadores à Coordenação do CRT, para o Ministério para enviar aos empresários. Como
81 a Força sindical não enviou sugere-se que seja retirada da pauta para voltar posteriormente.
82 A Sra. coordenadora Adriana Giuntini pondera que retirarão da pauta, também, a proposta
83 de alteração da Portaria do trabalho aos domingos. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo
84 explica que a ideia era que a SIT explicasse como que está a situação atualizada e entende
85 que seria vantajoso esclarecer essas questões. O Sr. Valeir Ertle compreende que é
86 importante apresentar a proposta para que na próxima reunião possa ser pautada. O Sr.
87 Manoel Messias Nascimento Melo propõe seguir a pauta e se houver consenso fosse
88 deliberada. A Bancada dos Trabalhadores aceita a proposta e o Sr. Manoel Messias
89 Nascimento Melo segue para leitura do primeiro item da pauta. Sugere que a aprovação da

90 Ata da 16ª reunião seja transferida para a próxima reunião. Foi ponderado pela Bancada dos
91 Trabalhadores que a forma de uma Bancada impor a sua opinião às outras Bancadas não
92 funciona, e que assim que tiver um ponto que não interessa à Bancada dos Empresários vão
93 dizer que não aceitam discutir. Solicita que haja discussão com tranquilidade e entrem na
94 pauta em si. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo reafirma o seu pedido para que entrem
95 na pauta e admite novamente que descumpriram o prazo de 10 dias, mas que a Ata teria uma
96 deliberação. Discorre que a Bancada dos Empregadores tem o direito de exigir os 10 dias de
97 prazo e que encerrem a reunião com um relato objetivo. Alguns temas serão adiados e
98 alguns retirados de pauta, porque não cabem mais. O Sr. Luigi Nese entende que deve ser
99 respeitada a individualidade de cada entidade e que deve discutir os assuntos que são de
100 interesse de todos. O Sr. Cristiano Zaranza explana que é preocupante o rumo que as coisas
101 estão tomando, pois apenas estão solicitando que seja cumprido e respeitado o que foi
102 solicitado anteriormente. O Sr. Magnus Ribas Apostólico relata que possui três observações:
103 a primeira, que a pauta chegou atrasada e sem o material para preparação; a segunda que
104 esse tipo de atropelamento está acontecendo mais de uma vez e a terceira lembra ao
105 companheiro Sr. Luigi Nese que seu representante estava na reunião preparatória e
106 concordou com a linha que a Bancada está adotando. Houve entendimento de que tem que
107 ser coerente com as situações debatidas e relata que houve uma pressão para a realização da
108 reunião no dia 14 de dezembro pela Bancada dos Trabalhadores, e que não se respeitou o
109 prazo, colocando o interesse acima de tudo. Um participante (não identificado) afirma que
110 não atropelaram absolutamente nada e não colocaram os interesses acima de qualquer coisa,
111 apenas concordaram com o prazo colocado pelo Governo para discutir o texto. O Sr. Manoel
112 Messias Nascimento Melo entende que está claro que o Regimento foi atropelado e crê que
113 não é possível, consensualmente, as partes tocarem a reunião. Explana que serão rigorosos
114 com o regimento para todos e que lamenta, porque havia o esforço de trazer para o Conselho
115 temas que são de conteúdo. Solicita a compreensão da Bancada dos Trabalhadores, porque
116 de fato não pode impor à Bancada dos Empregadores que aceite deliberar. Relata que
117 ficaram sem data para a próxima reunião, pois não tem como deliberar e que vão tentar ao
118 longo do próximo mês construir um consenso em relação à data e deixa claro que a postura
119 regimentalista da Bancada trás um problema no processo do Conselho. O Sr. Maurício
120 Gasparino sugere que se o Conselho tem obrigação de enviar a ata e toda a documentação

121 em até o prazo de 10 dias antes da reunião, que haja um prazo também para manifestação
122 das Bancadas ou das partes. Participante (não identificado) considera que a reunião está
123 prejudicada e que vão sair com um sentimento de que a Bancada Empresarial impôs a sua
124 posição sob as demais Bancadas. Entende que não tinha problema nenhum discutir a pauta e
125 que ouvir os informes seria importante para as Bancadas pensarem o que vão fazer com os
126 informes que o Ministério apresentará. Discorre que gostaria de ver como ficaria a situação
127 do item 11 que trata da questão da Portaria que garante a sustentação financeira das
128 entidades dos servidores públicos. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo pondera que
129 precisam ter o bom senso de combinar pelo menos a data da próxima reunião e o Sr. Roberto
130 Marinho Alves da Silva explica que o item quatro da pauta que é o mais importante foi
131 enviado com a documentação e que cabe ao Conselho aprofundar os informes e colocá-lo ou
132 não em pauta, e que havendo a necessidade de alguma deliberação que seja encaminhado. O
133 Sr. Alexandre Venzon Zanetti manifesta que na reunião tripartite, na sede da CNT, houve
134 um consenso com os Trabalhadores que o Ministério enviaria até sexta-feira o novo texto do
135 trabalho de curta duração, que seria inserido na Lei Geral da Copa e seria colocado na pauta
136 para a reunião e afirma que não receberam o texto. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo
137 informa que o texto do trabalho de curta duração foi enviado dia 17 pela Sra. Rita para todos
138 os *e-mails* do Conselho e dia 18 a Sra. Iaponira enviou novamente. Compreende que o
139 Regimento existe e deve ser cumprido, mas não podem ser extremamente rígidos quando
140 estão tratando de relações de trabalho. A Sra. Coordenadora Adriana Giuntini deixa claro
141 que não receberam o texto de curta duração e sugere seguir para os informes, porque
142 considera que a Coordenação da Bancada recebe os documento e repassa para os outros
143 membros. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo inicia os informes com o tema da
144 Campanha para o Trabalho Decente nos grandes eventos. Comunica que realizaram oito
145 Oficinas da Campanha de Trabalho Decente e que o relatório foi feito na reunião do grupo
146 Bipartite do GT da agenda. Discorre que na reunião do GT foi discutido e acordado um
147 procedimento para buscar um consenso sobre o Compromisso pelo Trabalho Decente na
148 Copa do Mundo. Dada à crítica - questionamento dos empregadores - no sentido de construir
149 um texto nacional, fez-se o acordo de uma discussão nacional. A intenção do Governo no
150 Comitê Interministerial, que será realizado na segunda quinzena de março, é ter o Ato de
151 Assinatura do Compromisso Nacional com o Ministério do Trabalho e Emprego

152 desenvolvendo suas campanhas e ações. O Ministério do Trabalho está preparando a
153 campanha de mídia sobre o tema, com a ideia que seja lançada no mesmo momento do ato
154 do compromisso, e estão negociando com o setor de hotelaria e turismo o compromisso
155 sobre o Trabalho Decente na Copa, o compromisso da forma de contratação dos
156 trabalhadores durante o evento, e a participação da representação patronal e de trabalhadores
157 na campanha de combate ao trabalho infantil e ao combate à exploração sexual de crianças e
158 adolescentes. Informa que está sendo realizada em São Paulo, a reunião da Mesa de
159 Hotelaria e Turismo. Estão trabalhando em cima do texto para a campanha contra o trabalho
160 infantil e para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Foi negociada com
161 a Associação Brasileira de Empresas Aéreas a participação na Campanha do Trabalho
162 Decente na Copa, em que acontecerá uma reunião também para definir qual o conteúdo para
163 divulgação de mídias nos aviões. Uma participante (não identificada) relata que depois de
164 uma boa discussão foram feitas várias ponderações, particularmente da CNI, CNC pela
165 Bancada dos Empregadores, e se acordou que alguns elementos para o texto serão
166 reencaminhados como sugestão. Esclarece que a ideia é que as diretrizes pontuadas sejam
167 colocadas de forma mais explicitadas do ponto de vista de política pública, ou seja, de
168 responsabilidade dos Gestores, Trabalhadores, Empregadores e a sociedade como
169 colaboradores nos processos de política pública. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo
170 discorre que estão programando uma 9ª Oficina para Brasília para concluir o Ciclo de
171 Oficinas. Seguindo para o próximo informe, a questão do trabalho de curta duração, discorre
172 que realizaram no dia 14 de janeiro uma reunião e realizaram no dia 23 de janeiro uma
173 reunião bipartite com os Trabalhadores e dia 29 com os Empregadores. Posteriormente foi
174 realizada uma reunião tripartite em fevereiro. O Ministro apresentou o texto em dezembro
175 para todas as Centrais Sindicais, para as Confederações de Empregadores e na última
176 reunião do Conselho foi apresentado o texto, onde a SIT e SRT esclareceram várias dúvidas.
177 No dia 14 de janeiro foram ouvidas as propostas dos Empregadores, e no debate com as duas
178 Bancadas foi proposta a elaboração de um novo texto, com a primeira proposta que era de
179 inclusão do contrato de curta duração na CLT. Foi apresentada a segunda versão de uma lei
180 específica para as duas Bancadas propondo inserção do tema na Lei Geral da Copa. Na
181 reunião tripartite do dia 19 houve um posicionamento das Centrais Sindicais de não
182 aceitariam a continuidade do debate em relação à Copa e propuseram a criação de um GT

183 para dar continuidade na discussão; levantamento de mais informações e avaliação da
184 questão da informalidade. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explica que
185 apresentaram ao Ministro o Relatório da situação e a posição de não continuar com o tema
186 para alteração da Lei da Copa. Entende que uma legislação desse porte pode trazer para a
187 formalidade milhares de trabalhadores que trabalharão na Copa, mas apenas teria sentido se
188 pudesse ir como Medida Provisória, para que pudesse ter tempo de ser aplicada na Copa do
189 Mundo. Comunica que a versão atual será socializada, porém apenas poderão continuar a
190 discussão se tiverem alguma chance de êxito na construção de um elevado consenso. Relata
191 que do ponto de vista do Ministério, essa proposição seria importante ser combinada com o
192 sistema E-social na versão rural. O Sr. Magnus Ribas Apostólico solicita explicação sobre o
193 posicionamento do Ministério. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo esclarece que do
194 ponto de vista do Ministério, teria condição de chegar à Presidenta com a proposição de
195 Medida Provisória, mas precisaria chegar com um elevado grau de consenso. Ressalta que
196 aceitam continuar a discutir o tema em GT específico, tripartite, porque é uma boa
197 proposição legislativa e que não há posição de Governo de fazer alteração legislativa dessa
198 natureza para a Copa. Segue para o informe sobre o Registro Sindical e relata que o Ministro
199 solicitou que fosse elaborado um balanço da Coordenação Geral do Registro Sindical.
200 Explana que foram realizadas as seguintes ações: criação da Portaria para uso obrigatório da
201 Certificação Digital, em fevereiro de 2013; novos procedimentos de atualização sindical, a
202 questão do cadastramento, em fevereiro de 2013; criação da nova Portaria de Registro
203 Sindical, em março de 2013; alteração do modelo da Certidão de Registro Sindical
204 permitindo a disponibilização eletrônica no *site*, em abril de 2013; criação da Portaria de
205 Aferição e da Instrução Normativa de Aferição da Representatividade das Centrais
206 Sindicais. Pondera que no caso das Centrais Sindicais, além de fazer a Portaria, passaram a
207 divulgar na página do Ministério o resultado da aferição, com o número de filiados de cada
208 entidade sindical. Foram estabelecidas diretrizes para a distribuição de processos; uma
209 Ordem de Serviço específica estabelecendo os procedimentos relativos à tramitação de
210 solicitação de atualização sindical; cadastramento e solicitações de atualização de dados
211 cadastrais, buscando aumentar a segurança dos procedimentos; atualização da Portaria de
212 distribuição dos recursos da Contribuição Sindical. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo
213 relata que nesse ano vão se dedicar à Contribuição Sindical e virá a Portaria do novo

214 procedimento de concessão do Código Sindical. Comunica que Amanhã será feita a primeira
215 transmissão eletrônica dos Códigos Sindicais para a Caixa Econômica, e que foi retomado o
216 mutirão em fevereiro de 2014 voltado para a primeira análise dos procedimentos, e também
217 um mutirão específico nos processos com decisão judicial, para diminuir a defasagem entre
218 a decisão judicial e o seu cumprimento. A nova versão do Cadastro Nacional de Entidades
219 Sindicais tem a previsão inicial de implantação em março, mas entende que terá um atraso
220 de 30 dias. Explana que a nova versão do CNES depende muito da Tabela de Categorias e
221 que a ideia é passar a trabalhar com o modelo de codificação, que aumenta a segurança do
222 ponto de vista do controle da unicidade. Discorre que na nova versão vai estar disponível
223 uma demanda de muitos Sindicatos que podem acessar a Nota Técnica. Questiona-se se na
224 Nota Técnica também vai prevalecer para aqueles Sindicatos que ainda não têm cadastro. O
225 Sr. Manoel Messias Nascimento Melo responde que sim e o Sr. Luigi Nese parabeniza o
226 Secretário pela iniciativa e pelo trabalho. Informa que está havendo um problema sério de
227 não conseguir acessar o banco de dados e o *site* do Ministério. O Sr. Manoel Messias
228 Nascimento Melo esclarece que está havendo uma incompatibilidade da Certificação Digital
229 do Ministério na versão nova do Java. O Sr. Luigi Nese entende que o Ministério deve fazer
230 uma ação mais incisiva na Caixa, porque todos os contratos que foram assinados para
231 emissão das guias sindicais foram atrasados. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo afirma
232 que pode ser conversado com a Caixa sobre a situação e pondera que estão com várias
233 demandas com a Caixa. O Sr. Cristiano Zaranza solicitou que fosse enviada por *e-mail* as
234 Ordens de Serviço nº 2 e nº 3 e o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explana que estão
235 na página do Ministério no link Relações de Trabalho. O Sr. Cristiano Zaranza questiona se
236 a transparência está sendo aplicada no dia a dia entre os interlocutores da Bancada, pois tem
237 duas reclamações a apresentar: a primeira é com relação à RAIS em que foi surpreendido
238 com a inserção de dados, no ponto eletrônico, no preenchimento da mesma; a segunda
239 reclamação é referente à publicação das Portarias 186 e 188. Com relação à de distribuição
240 de recursos o Sr. Manoel Messias Nascimento discorre que cumpriram uma determinação do
241 jurídico do Ministério que determinou que elaborassem de imediato a publicação da
242 Portaria. Em relação à anterior afirma que é um tema que está sendo discutido pelo
243 Ministério, e sobre a RAIS irá registrar e levar para SPPE. O Sr. Cristiano Zaranza solicita
244 que também seja registrado um alerta à Secretaria quanto às publicações no Diário Oficial,

245 que às vezes estão com nomes de cidades com grafia errada, o que dificulta a localização. O
246 Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explica que devido ao mutirão, o nível de ritmo de
247 trabalho está muito maior do que a carga aceitável, aumentando a margem de erros.
248 Apresenta o balanço dos dados do Registro Sindical para os participantes terem uma ideia do
249 desafio do mutirão. O Sr. Pascoal Carneiro entende que os dados são extremamente
250 importantes e parabeniza a toda equipe técnica que fizera o esforço para analisar os
251 processos. Entende que a criação da fila é um passo importante e que é necessário um
252 esforço para que essa fila chegue com transparência no SDP para saber onde estão os
253 processos. Afirma que a Bancada defende com muita ênfase o trabalho que está sendo feito
254 de dar transparência e democratizar o setor. O Sr. Cristiano Zaranza concorda com a fala do
255 Sr. Pascoal Carneiro e entende que seria justo de sua parte reconhecer o esforço que a
256 Secretaria está fazendo. Relata que defende a fila também, e solicita que fosse prestado
257 algum esclarecimento para colocar os Conselheiros a par do que efetivamente está
258 acontecendo em relação a determinadas denúncias que tiveram uma grande repercussão na
259 mídia. Com relação à fila, o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo pondera que o SDP é
260 uma alternativa enquanto o Cadastro Nacional de Entidades não está pronto, e explica cada
261 procedimento que está sendo utilizado. Com relação às denúncias que saíram na grande
262 mídia, relata que receberam denúncias que tinha problema nos processos de Cegonheiros, e
263 que foram tomadas as providências que o controle exige da área pública. Em setembro de
264 2013 houve uma nova denúncia em relação aos Cegonheiros como um todo, em que foram
265 chamados todos os processos que passaram pelo Ministério para reanalisar, e notificaram
266 todos os Sindicatos de Cegonheiros em tramitação no Ministério, para dar informações
267 atualizadas sobre a sua Diretoria e o registro desses Cegonheiros na ANTT como
268 transportador autônomo de carga, por Ofício. Explana que esta semana descobriram que se
269 encontrou uma forma de tentar burlar a certificação digital, mas estão a toda hora pensando
270 em métodos para fechar os procedimentos equivocados no Registro Sindical. Um membro
271 da reunião (não identificado) entende que é importante debater a reestruturação do
272 Ministério e da Secretaria, para ter uma equipe maior e melhor qualificada, para que possa
273 estar sendo cobrada. O Sr. Maurício Gasparino explana que na proposta de Portaria para a
274 questão do trabalho aos domingos e feriados, a Consultoria Jurídica do Ministério ao avaliar
275 o Artigo 5º, entendeu que fere a norma legal ou a Constituição. O Sr. Manoel Messias

276 Nascimento Melo relata que na próxima reunião será discutido sobre o óbice do
277 ponto de vista do Jurídico do Ministério, em relação à proposta feita anteriormente do Artigo
278 5°. O Sr. Luigi Nese solicita às duas Bancadas para analisar a proposta que fizeram em
279 relação ao código dos setores econômicos. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo relata
280 que espera que na próxima reunião tenha a informação de que será pautado pela Bancada
281 dos Trabalhadores ou não a questão do descanso intrajornadas. Com relação à
282 Homologação, sugere colocar de novo na pauta e explana que no próximo período devem
283 tornar obrigatório o uso do HomologNet nas Superintendências do Ministério do Trabalho e
284 Emprego. Comunica que será realizada em março, em Brasília, uma reunião com os
285 Sindicatos de Brasília para ver aqueles que se dispõem a participar da fase piloto. Relata que
286 está ficando premente a necessidade de avaliar a atual redação do Artigo 477 da CLT, que
287 diz: *“A assistência de homologação é do Sindicato ou do Ministério do Trabalho e*
288 *Emprego, com concorrentes. E na ausência do Sindicato e do Ministério do Trabalho e*
289 *Emprego, são em ordem: Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União e*
290 *Juiz de Paz”*. Afirma que há proposições no sentido de reforçar a Defensoria Pública como
291 assistente da homologação. Há proposições no sentido de buscar permitir a descentralização
292 da homologação para os municípios, entre outras questões que precisam ser discutidas. O Sr.
293 Valeir Ertle compreende que é importante fazer o debate e se coloca à disposição para
294 encontrar algum Sindicato em Brasília, inclusive na base de Sindicatos filiados. O Sr. Luigi
295 Nese compreende que os Sindicatos dos Empregados não podem se negar a fazer
296 homologações, independentemente do que seja. Um participante entende que deve encontrar
297 uma alternativa para o problema do Conselho Nacional de Justiça, e em muitas cidades onde
298 não tem estrutura do Ministério do Trabalho, e que deve discutir o problema da regra no
299 Artigo 477. Relata que muitos direitos dos trabalhadores em muitas categorias estão nas
300 Convenções Coletivas, e não na CLT, e as DRTs às vezes não estão com o quadro preparado
301 de funcionários e termina não fazendo a homologação deixando os trabalhadores de receber
302 parcelas importantes dos seus direitos. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo compreende
303 que são pontos importantes e relata que os outros pontos de pauta, que seriam decisões,
304 estão prejudicados, mas alerta duas questões: na questão dos trabalhadores, na tabela de
305 categoria, precisa ter uma data de discussão, e na questão da elaboração da normatização do
306 processo de consulta de categorias ao Conselho, precisa elaborar uma proposição de

307 Regimento de como seria o procedimento quando há conflitos. Questiona se poderia deixar
308 agendada a data da próxima reunião do Conselho para o dia 15 de abril. Os participantes
309 concordam com a data da reunião e um participante (não identificado) relata que teria que
310 ser aprovada pelo Conselho a prorrogação referente ao GT Demonstradores, em função do
311 encaminhamento. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo pondera que o Conselho não
312 pode deliberar e que na próxima reunião em relação aos itens 10 e 11 terão que analisar o
313 que pode ser feito. Sugere-se deixar como *ad referendum*, e que na próxima reunião serão
314 aprovados os assuntos. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo afirma que avaliará do
315 ponto de vista regimental o que pode ser feito e marca a data para antes do dia 05 de abril
316 para fazer a discussão da pauta da reunião. O Sr. Cristiano Zaranza solicita que fosse
317 disponibilizado o contato do representante do Ministério que trata sobre do assunto do E-
318 social. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explana que existe uma Portaria
319 Interministerial que está circulando na Esplanada para estabelecer as regras, e que fará um
320 contato com a equipe que representa o Ministério na equipe Interministerial e demandar
321 emergencialmente essa questão. Foi solicitado que fossem disponibilizadas as informações
322 sobre o Sistema Único de Emprego. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo discorre que
323 um GT está construindo um Projeto de Lei que regulamentará o Sistema Único de Trabalho
324 e que pode demandar com a equipe para socializar o estágio das discussões e,
325 eventualmente, pautar na próxima reunião do Conselho. **ENCERRAMENTO:** O Sr.
326 Manoel Messias Nascimento de Melo agradece a presença de todos e encerra a reunião.
327 MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – SRT - _____
328 MARIANA V. DE F. QUINTANO – SE _____
329 ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA – SENAES _____
330 PASCOAL CARNEIRO – CTB _____
331 CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA PEREIRA – CGTB _____
332 VALEIR ERTLE – CUT _____
333 SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA – NCST _____
334 CRISTIANO ZARANZA – CNA _____
335 MARCELLO JOSÉ PINHO FILHO – CNI _____
336 RAFAEL ERNESTO KIECHKBUSCH – CNI _____
337 JÚNIA QUEIROZ ALVES DAL SECCHI – CNCOOP _____

- 338 ALEXANDRE VENZON ZANETTI – CNS - _____
- 339 LUIGI NESE – CNS _____
- 340 DANILO PIVA JÚNIOR – CNTUR _____
- 341 PATRÍCIA CERQUEIRA DE COIMBRA DUQUE – CNC _____
- 342 MAGNUS RIBAS APOSTÓLICO – CONSIF _____
- 343 ADRIANA GIUNTINI – CNT _____
- 344 NICOLE GOULART – CNT _____
- 345 SYLVIA LORENA TEIXEIRA DE SOUSA – CNI _____